



## ARTIGOS

## Gênero e interseccionalidade na formação superior brasileira:

Alguns apontamentos

Renata Janaína do Carmo, *Universidade do Estado de Minas Gerais*

Daniela Oliveira Ramos dos Passos, *Universidade do Estado de Minas Gerais*

---

**RESUMO.** Esse texto procura trazer algumas reflexões e dados estatísticos acerca da presença de mulheres na ciência no Brasil, tanto no que se refere ao número de matrículas, cursos mais escolhidos e o quantitativo de mulheres concluintes. Para a construção dos dados estatísticos foram utilizadas informações disponibilizadas pelo site IBGE. A carência de dados oficiais relacionados com a questão da interseccionalidade de gênero e raça dificultou o levantamento de algumas dessas informações, porém não impediu uma análise inicial. Por fim o texto traz algumas questões a serem consideradas, como a necessidade de mais demandas censitárias, no sentido de tentar promover políticas públicas voltadas para o ingresso e permanência de mulheres, sobretudo mulheres negras e pobres, nas IES, principalmente em cursos de STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*).

**PALAVRAS-CHAVE:** Interseccionalidade. Formação superior. Gênero.

---



## Introdução

Em algumas religiões, culturas e crenças, a cerimônia de comemoração/recepção à chegada de um novo ser ao mundo, ou seja, a forma de tratamento ao nascimento de bebês, pode variar de acordo com o sexo da criança. Interessante mencionar que quando esse novo ser nasce, ele/ela não é identificado como uma espécie de “folha em branco” que tem todas as oportunidades que o futuro possa oferecer. Aparentemente, ele/ela já traz consigo uma trajetória a ser traçada, um caminho pré-definido culturalmente a ser percorrido. A saber, por exemplo, o tratamento diferenciado às crianças que nascem do sexo feminino e masculino na religião islâmica. Malala Yousafzay relata:

No dia em que nasci, as pessoas de nossa aldeia tiveram pena de minha mãe, e ninguém deu os parabéns a meu pai. [...] Nasci menina num lugar onde rifles são disparados em comemoração a um filho, ao passo que as filhas são escondidas atrás de cortinas, sendo seu papel na vida apenas fazer comida e procriar. Para a maioria dos *pachtuns*, o dia em que nasce uma menina é considerado sombrio. (YOUSAFZAY, 2013, p.21).

Similar à religião muçulmana, está a forma com a qual se cultua o nascimento de crianças negras, do sexo feminino e periféricas no Brasil. No país, o ato de nascer pobre e negro por se só já traz uma espécie de rota de desafios a ser traçada, no que se trata da ascensão econômica, política e social. Nascer negra, pobre e mulher é intensificar essa dominação masculina branca que fora estereotipada pelas gerações anteriores.

Além disso, compreende-se que é no ambiente familiar e na vida social, que as crianças constroem sua bagagem cultural, identificando os papéis sociais de gênero, através da interação com os brinquedos, as leituras, os filmes, as músicas, os comportamentos e as vestimentas. Esses papéis socialmente estabelecidos rotulam de forma padronizada, a diferenciação de gênero a partir da baixa interação de meninas com a tecnologia e ciência. E, infelizmente, o contato quase nulo com o universo da ciência/física/química/matemática pode trazer como consequência, em muitos casos, o desinteresse e a desinformação sobre as possibilidades de inserção das meninas nos ambientes conhecidos como STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics).



Na educação primária e secundária, as instituições reforçam esse estereótipo ao aplicar pedagogias cegas<sup>1</sup> em termos de gênero<sup>2</sup>, assumindo que algumas disciplinas são mais apropriadas para meninos e outras para meninas. As meninas são vistas como mais adequadas às atividades relacionadas aos cuidados do que nos campos da ciência e tecnologia. (BELLO e ESTÈBANEZ, 2022, p. 25)

Guacira Lopes Louro (2000) corrobora com o já exposto por Alessandro Bello e Maria Estébanez (2022) ao afirmar que as diversas instâncias sociais, entre elas a escola, utilizam as pedagogias da sexualidade e do gênero na constituição de mulheres e homens. Mesmo que inconsciente, as instituições de ensino investem na determinação de formas de ser ou “jeitos de viver” a sexualidade<sup>3</sup> e o gênero<sup>4</sup>.

Na educação superior, com uma bagagem já consolidada pela trajetória social e escolar, as mulheres não se sentem na perspectiva de acessibilidade a cursos muito distantes da rotina de cuidados familiares. Elas(nós) passam(os) a não acreditar que são(somos) capazes de ingressar em cursos vinculados à ciência e à tecnologia, seja por falta de conhecimentos passados pela sua trajetória de ensino, bem como as potencialidades de trabalho nessas formações.

Esse cenário evidencia a necessidade e importância do enfoque de gênero para o entendimento das articulações sociais na educação formal, conforme relatado por Delcele Queiroz (2001, p.177). A autora destaca que o enfoque de gênero sozinho não seria suficiente para dar conta do acesso das mulheres ao ensino superior e ao mercado de trabalho, faz-se

---

<sup>1</sup> As autoras identificam essas pedagogias cegas são reprodutoras de comportamentos estereotipados. As meninas e as mulheres jovens são vistas como as “mais adequadas aos cuidados e trabalhos domésticos” do que para o campo da ciência e tecnologia.

<sup>2</sup> “O gênero não é uma simples categoria analítica; ele é, como as intelectuais feministas têm crescentemente argumentado, uma relação de poder. Assim, padrões de sexualidade feminina são, inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável- um poder historicamente enraizado.” (WEEKS, 2000, p.40)

<sup>3</sup> “Ela [a escola] precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade “normal” e, de outro, simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher “de verdade” deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso. Mas a sexualidade deverá ser adiada para mais tarde, para depois da escola, para a vida adulta. (LOURO, 2000, p.17)

<sup>4</sup> “A inscrição dos gêneros - feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e os prazeres - também são sempre socialmente estabelecidos e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.” (LOURO, 2000, p.6)



necessário considerar a existência de uma hierarquia racial na sociedade brasileira. A hierarquia racial, assim como outros fatores de reflexão que devem ser inclusos nessa análise de gênero, foi muito bem relatada por Kimberle Crenshaw (2012). A autora expõe que a discriminação de gênero e a racial operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. Com isso, ela traz o conceito de interseccionalidade ao incluir dentro desse campo teórico, a sobreposição da discriminação de racial, da discriminação de gênero e a subordinação estrutural (confluência de gênero, classe, globalização e raça).

Assim sendo, a incidência do racismo e suas nuances nas trajetórias de mulheres negras é algo que demarca lugares e perspectivas. Desde o início de nossos percursos escolares somos levados a conviver, ainda em tenra idade, com situações nas quais, nossa permanência nos espaços é quase sempre percebida de uma forma crítica e não convidativa. Há um perene questionamento mediado por alguns parâmetros como, por exemplo, a beleza, a competência, a capacidade e o posicionamento de nossos corpos. Isso pode repercutir negativa e significativamente na forma como nos percebermos e somos percebidos na sociedade. Dito de outra forma, contribui para influenciar nossas identidades, raízes, histórias de vida e percepções simbólicas. (EUCLIDES; SILVA, 2018, p.8).

Os dados estatísticos levantados pelos órgãos governamentais, por exemplo pelo IBGE, costumam provocar reflexões e questionamentos acerca da realidade representada matematicamente, e partindo dessa necessidade de atualização temporal e reflexiva, emergiu a ideia desse texto. O texto das autoras Alice Abreu e et al (2016) foi o maior norteador desse artigo, uma vez que as autoras foram assertivas na tratativa da presença feminina na ciência e tecnologia no Brasil, porém, os dados por elas levantados trazem informações do cenário brasileiro até o ano de 2012. Nessa perspectiva, consideramos que essa temporalidade demanda atualização para o entendimento do atual cenário brasileiro no que trata da inserção das mulheres na ciência considerando os avanços e os retrocessos.

Dessa forma, o primeiro capítulo trata do breve histórico das mulheres no campo da ciência e tecnologia, e como a categoria “mulher” possui uma diversidade de significados e sentidos. Depois, apresentamos alguns dados estatísticos para corroborar com nossa hipótese inicial, sobre a pouca presença de mulheres – sobretudo negras – no ensino superior em cursos de STEM. Em seguida, apresentamos os resultados obtidos e alguns apontamentos.



## 1. Mulheres e ciência: um breve histórico

Ao longo da história é comum vermos grandes nomes da ciência como sendo do sexo masculino: Galileu Galilei, Isaac Newton, Charles Darwin, Louis Pasteur, Albert Einstein, entre outros tantos. Mas o que dizer das mulheres? Elas não estudavam ou praticavam a ciência? Se buscarmos um pouco mais, vamos encontrar mulheres, que com muitos esforços, conseguiram se educar e produzir intelectualmente, apesar dos obstáculos e das proibições.

Vejamos alguns nomes:

**Tabela 1: Mulheres na ciência**

<b>Mulheres na Química</b>	
Marie Meurdrac – França (1610 – 1680)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Obra: “A química criativa e fácil, em benefício das mulheres 1665-66”</li> <li>- Acreditava que ambos os sexos têm a mesma capacidade intelectual podendo realizar os mesmos feitos</li> <li>- Uso de ervas medicinais para cura de doenças.</li> </ul>
Marie Curie – Química e física: Varsóvia – Polônia (1867 – 1934)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pioneira na pesquisa da radioatividade</li> <li>- Descobriu dois elementos químicos: polônio e o rádio</li> <li>- Primeira mulher a obter um doutorado – na França</li> <li>- Herdou a cátedra de Pierre – seu esposo – na Sorbonne</li> <li>- Tornou-se a primeira professora catedrática</li> <li>- Mãe de duas meninas.</li> </ul>
Alice Ball – Seattle EUA (1892-1916)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Primeira afro-americana e primeira mulher a ser formar na University de Hawaii</li> <li>- Ajudou a curar a Lepra – hoje conhecida como hanseníase – com tratamento químico – método Ball</li> <li>- Desenvolveu o único tratamento eficaz contra a lepra, até os antibióticos serem utilizados – 1940.</li> </ul>
Johanna Dobereiner (1924 – 2000)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nasceu na antiga Tchecoslováquia e se naturalizou brasileira. Foi uma das únicas brasileiras indicadas para um Prêmio Nobel, sendo indicada para o de Química em 1997.</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O seu trabalho mais famoso revolucionou a produção de soja no nosso país.</li> <li>- Os estudos permitiram que a fixação do nitrogênio pelas plantas fosse feita pela bactéria rhizobium. Dessa forma, a soja gerava seu próprio adubo. A alternativa brasileira de estabelecer simbioses eficientes com rizóbios permitiu a eliminação dos adubos nitrogenados na cultura da soja, o que representa uma economia anual de mais de 2 bilhões de dólares para o Brasil. Foi assim que os produtores brasileiros de soja puderam ver diminuídos seus custos de produção e a soja conseguiu competir com sucesso no mercado internacional.</li> </ul>
<p><b>Mulheres na Astronomia</b></p>	
<p>Maria Winkelmann – Alemanha (1670-1720)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assistente do marido Gottfried Kirch</li> <li>- 1702 descobriu um cometa (mas só apareceu o nome do marido como o autor da façanha – mesmo Kirch reconhecendo que o feito foi da esposa).</li> <li>- Após a morte do marido, 1710, não pode ocupar o cargo dele na Academia de Berlim. Escreveu diversos artigos acadêmicos argumentando que os dois sexos possuem a mesma aptidão mental para pesquisas.</li> <li>- 1716 se tornou assistente do filho na Academia de Berlim</li> <li>- Em 1717 desiste da Academia e faz seus estudos e pesquisas em casa, de forma precária, até sua morte.</li> </ul>
<p>Nicole-Reyne Etable de la Brière – madame Lepaute (1723 – 1788)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assistente do marido, o matemático e relojoeiro real Jean-André Lapaute</li> <li>- 1757 fez a maior parte dos cálculos para determinar a data exata do cometa Halley prevista para 1759. Mas somente o pesquisador principal, Alexis-Claude Clairault, teve o mérito da descoberta.</li> <li>- Estudou o eclipse anular do sol previsto para 1764</li> <li>- Colaborou com o marido e fez tábuas referentes aos pêndulos que figuram no <i>Tratado de Relojoaria</i>, livro que o esposo publicou sem citar a madame Lepaute.</li> </ul>



<p>Vera Rubin – Filadélfia (1928 – 2016)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inventou o espectrômetro para ver a luz das estrelas distantes e medir o efeito Doppler das estrelas nas galáxias</li> <li>- Descobriu uma nova galáxia com duas metades que giram em direções opostas</li> <li>- Encontrou provas reais da existência da matéria escura</li> <li>- Mãe de quatro filhos, todos cientistas.</li> </ul>
<p><b>Mulheres na Matemática</b></p>	
<p>Hipátia: Matemática, Astrônoma e Filósofa – Alexandria/Egito (350-370 d. C)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Uma das primeiras mulheres de que se tem notícia a estudar e ensinar matemática</li> <li>- Trabalhou com o pai em teorias sobre o sistema solar</li> <li>- Se tornou uma das primeiras professoras de Alexandria</li> <li>- Discursou em público sobre Platão e Aristóteles</li> <li>- Foi assassinada em 415 por uma multidão de extremistas cristãos.</li> </ul>
<p>Gabrielle Emilie Le Tonnelier de Bréteuil - Madame du Châtelet – França (1706-1749)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escreveu com Voltaire a obra “Elementos de filosofia de Newton” 1738</li> <li>- Escreveu o tratado “Instituições de Física” 1740 – divulgando a teoria newtoniana</li> <li>- Traduziu para o francês a principal obra de Newton – “Princípios matemáticos da Filosofia natural” 1749.</li> <li>- Escreveu o “Discurso sobre a felicidade” ao referir sobre “felicidade” que a sociedade do século XVIII dava as mulheres.</li> </ul>
<p>Emmy Noether: Matemática e Física teórica – Alemanha (1882 - 1934)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Filha de pai matemático - entrou no ensino superior sentando ao fundo da classe e não tinha créditos acadêmicos (mulheres eram proibidas de fazer faculdade).</li> <li>- Dava aulas não oficiais na universidade de Nuremberg (no lugar do pai) sem título e nem salário.</li> <li>- Criou o campo de álgebra abstrata</li> <li>Desenvolveu a teoria de Noether – conexões entre energia, tempo e impulso angular (conecta a simetria matemática à conservação de energia).</li> <li>- Perseguida pelos nazistas, fugiu para os EUA, onde morreu em 1934 aos 53 anos.</li> </ul>
<p>Annie Easley – programadora de computador, matemática e</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Afro-americana. Criada por uma mãe solo que sempre a incentivou</li> </ul>



cientista de foguetes – EUA (1927-2014)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ajudou a criar um software para o foguete centauro</li> <li>- Fez pesquisas importantes sobre energias alternativas</li> <li>- Autora de muitos artigos sobre motores de foguetes e usinas nucleares</li> <li>- Trabalhou na divisão de veículos de lançamento da Nasa</li> <li>- Orientava crianças pobres de áreas urbanas no seu tempo livre.</li> </ul>
Katherine Johnson – física e matemática EUA (1918 - 2020)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Afro-americana. Física, cientista espacial e matemática da Nasa</li> <li>- Calculou o plano de voo da primeira missão tripulada à Lua</li> <li>- Trabalhou nas missões Mercury, nos ônibus espaciais e nos planos para a missão à Marte da Nasa</li> <li>- Foi autora e co-autora de mais de 26 artigos científicos.</li> </ul>

Fonte: elaborado pelas autoras<sup>5</sup>

E poderíamos citar vários outros nomes como: Ada Lovelace (matemática e escritora); Lise Meitner (física); Edith Clarke (engenheira eletricitista); Hedy Lamarr (inventora e atriz de cinema); e atualmente as cientistas brasileiras que se destacaram no combate a pandemia da COVID-19<sup>6</sup>, como Ester Cerdeira Sabino, (médica); Jaqueline Góes de Jesus, (biomédica); Daniela Barretto Barbosa Trivella, (biocientista); Natália Pasternak Taschner, (biocientista); Margareth Maria Pretti Dalcolmo, (médica); entre tantos outros nomes que poderiam ser citados.

Porém, porque quase nunca ouvimos dizer dessas cientistas? Entendemos que um ponto fundamental nessa análise é percebermos o quanto é importante compreender e pensar o conceito de gênero. Citando esses nomes fica perceptível que a “atribuição” dos espaços sociais são construídos de forma diferenciados para homens e mulheres e como tais

<sup>5</sup> Com base nos textos: IGNOTOFSKY, Rachel. As cientistas: 50 mulheres que mudaram o mundo. São Paulo: Blucher, 2017; e TOSI, Lucía. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. Cadernos Pagu (10), 1998, pp.369-397.

<sup>6</sup> A pandemia referida iniciou-se no ano de 2019, a partir da propagação do novo Coronavírus, causador da doença Covid-19. Esse vírus possui alta taxa de transmissão e letalidade e pode ser transmitida por secreções contaminadas, por isso a medida de distanciamento social foi tão necessária para a tentativa de diminuição dos casos, como evidenciam Carvalho, Ninomiya e Shiomatsu (2020). Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/108-distanciamento-social>.





processos conduzem a “naturalização” dessas diferenças (homem produz x mulher reproduz) levando a discriminação, a constante violência e a invisibilidade feminina nas ciências e tecnologias.

Se em países de regimes extremistas as meninas não podem sequer estudar (caso Malala, citada na introdução), no Brasil podemos ir às escolas, pilotar aviões ou mesmo seguir carreira política. Porém, ainda vivemos em uma sociedade pautada pela cultura do estupro, pelo alto índice de violência doméstica e um número muito elevado de feminicídios<sup>7</sup>.

Mas como a questão de masculinidade e feminilidade (aliado também a classe e raça) podem gerar desigualdades e violências? Através do conceito de gênero as pesquisadoras feministas tentam responder a essa questão. E para fazer esse resgate histórico do conceito, nada melhor do que partirmos da filósofa francesa Simone de Beauvoir.

Beauvoir em 1949 inaugurava uma nova forma de pensar a questão da mulher. O que é ser mulher em um mundo dominado pelos homens? Já “nascemos mulher” ou nos “tornamos”? E sobre qual mulher Beauvoir está escrevendo? Com essa literatura, inovada pelo seu livro “O Segundo Sexo”, iniciava-se uma nova fase na luta dos movimentos feministas. Mas do que reformar as leis (movimento das sufragistas<sup>8</sup>) e garantir o direito ao voto, era necessário, segundo a filósofa, enfrentar os aspectos sociais que colocava a mulher em lugar inferior. Para retirar a mulher desse lugar era preciso que elas (nós) fossem(os) autônomas, seja na educação (para além de uma educação maternal), na vida sexual e no mercado de

---

<sup>7</sup> A taxa de feminicídios no Brasil é registrada como a 5<sup>a</sup> mais alta do mundo. Segundo o Mapa de Violência 2019, o número de assassinatos chega a 4,7 para cada 100 mil mulheres. De acordo com o “Dossiê Feminicídio”, houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas (somente em 2017), o maior número registrado desde 2007. A desigualdade racial também pode ser vista. Os dados apresentados mostram que a proporção de mulheres negras entre as vítimas da violência letal é de 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017. Apenas em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica, número que pode estar em muito subestimado, dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar. CERQUEIRA, Daniel, 2021. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2019/>>. Acesso em 04 set 2022.

<sup>8</sup> “A primeira onda” do movimento feminista, conhecido como sufragista, ocorreu no final do século XIX e início do XX. Esse primeiro momento de mobilização aconteceu na Europa Ocidental e na América anglo-saxônica, e alguns outros países, impulsionado principalmente pela ideia de “direitos iguais à cidadania”. As feministas sufragistas reivindicavam poder votar, ter acesso a educação e poder ter posses e bens (PISCITELLI, 2009, p.126).



trabalho, com profissões mais dignas e bem remuneradas que dessem oportunidades as mulheres de ter real independência econômica.

Assim, pensar os “papéis sexuais” constituídos na sociedade, passava por também analisar a categoria mulher (e homem) enquanto um “construto social”. A dominação masculina, de acordo com Beauvoir se explicaria por aspectos históricos e culturais de como a “fêmea humana” ou o corpo de mulher foi construído ao longo dos tempos. Daí a famosa frase da francesa ser citadas pelas diversas feministas em vários contextos:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esses produtos (...) (BEAUVOIR, p.11, 2019).

Dessa forma, em “Segundo o Sexo” as abordagens levantadas por Beauvoir questionam o suposto caráter “natural” dessa subordinação feminina perante os homens, sustentando, ao contrário, que ela é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. E isso é fundamental, já que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando a maneira como as mulheres são percebidas, seria possível mudar o espaço social por elas ocupado (PISCITELLI, 2009, p.133).

De acordo com Joan Scott (2005), gênero é um conceito que se refere à construção social do sexo anatômico. Pode ser compreendido, ainda, como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Gênero é um termo importante para pensarmos o modo como se estruturam as relações sociais, pois estas envolvem rituais bastante definidos de aprendizagens e sociabilidades e, principalmente, uma domesticação dos corpos em função daquilo que é considerado masculino ou feminino, num determinado contexto cultural, a cada época e em cada espaço geográfico.

Nesse sentido, a categoria “mulher” desenvolvida pelo feminismo da “segunda onda”<sup>9</sup> abordava as questões da opressão feminina que atingia a

---

<sup>9</sup> A Segunda Onda do movimento feminista, que aconteceu entre as décadas de 1960 e 1970, foi marcado pela “desnaturalização do ser mulher”. Ou seja, com a categoria de gênero enfatizou-se a construção social da diferença sexual. O gênero passou a ser analisado enquanto fenômeno histórico, determinado e produzido ao longo do tempo. Ao considerar o caráter construído da dimensão do termo gênero o feminismo da Segunda Onda, também permitiu a concepção de pluralidade de femininos e masculinos. Neste sentido, alargou as articulações de



todas as mulheres. Em termos políticos essa ideia foi útil para desenvolver pautas de lutas e o próprio conceito de feminismo. Contudo, podemos falar em um conceito único do que é ser mulher?

Para pensarmos em uma possível resposta, é importante salientar que “mulher” não é uma categoria unitária. O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Ou seja, o termo “mulher” assume significados específicos em discursos de diferentes feminilidades (no plural mesmo) onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares (BRAH, 2006).

Portanto, a condição feminina é heterogênea. Os problemas que afetam as mulheres construindo-as e as transformando não podem ser analisados isoladamente do contexto de desigualdade nacional ou mesmo internacional. É preciso levar em consideração processos econômicos, políticos, ideológicos e de raça; além das várias categorias, como mulheres trabalhadoras, imigrantes, camponesas, etc. As condições sociais específicas de cada mulher são construídas a partir de vidas reais e forjadas a partir das diversas articulações complexas.

E, para além da classe social, na construção dos diversos femininos a intersecção entre gênero e a raça é também significativa e fundamental. Para pensar essas categorias de opressões que se sobrepõem ou se entrecruzam, tendo como principais vítimas mulheres negras, a intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, cunhou o termo que hoje ficou conhecido como “Interseccionalidade”. Crenshaw é uma feminista, ativista e especialista no debate sobre racismo e gênero. Ela utilizou esse termo pela primeira vez em 1990 para falar das interseções de opressões sofridas pelas mulheres negras e de classe desfavorecidas nos Estados Unidos (GUEDES; PASSOS, 2022).

#### Segundo Crenshaw:

A interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos,

---

feministas e a interseção com múltiplas demandas, como o combate ao racismo e a heteronormatividade (HEILBORN; ARAÚJO, BARRETO, 2010 p.49).



constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Angela Davis, também aborda a questão da dupla opressão sofrida pelas mulheres negras. Em seu livro “Mulheres, raça e classe” (1981) Davis retoma a história dos EUA, na época da escravidão, no sentido de trazer à tona o cotidiano de mulheres norte-americanas do século XIX e XX, que sofreram (sofrem) opressões ligadas ao racismo, ao sexismo e a luta de classes. A análise feita por Davis também é interseccional e dialética, onde ela afirma que:

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. (DAVIS, 2016, p.24).

Nesse sentido, as mulheres negras, quando escravizadas, não foram constituídas como mulheres do mesmo modo que as brancas. Mas sim, foram construídas em termos sexuais e raciais, como fêmeas próximas dos animais, sexualizadas e sem direitos, em uma instituição que as excluía dos sistemas de casamento. A (re)produção da ideia de esposas do lar e cuidadora da família (patriarcalismo/sexismo), ou seja, o *modus operandi* da “dominação masculina” foi criado apenas pensando nas mulheres brancas. Por isso, perceber que o sistema de dominação, nos quais gênero se articula a classe, raça, nacionalidade, idade, não tem efeitos idênticos nas mulheres ao redor do globo (GUEDES, PASSOS. 2022).

Finalizando, pensar o conceito de gênero é também analisar as diferenças e as desigualdades. É percebemos a diversidade de mulheres, a complexidade de suas histórias e os dilemas que vivem para superarem as várias dificuldades para atingir seus objetivos, entre eles atuar no campo da ciência. No próximo capítulo iremos trazer alguns números sobre mulheres no ensino superior, sobretudo, mulheres negras nas universidades públicas do país.



## 2. Mulheres e Universidade: o que dizem os números?

Ao refletir acerca das informações disponibilizadas pelos órgãos oficiais estatísticos, como por exemplo, os dados disponibilizados pelo IBGE, precisamos identificar quais são as categorias de análise que esses órgãos utilizam como parâmetro de levantamento. Uma categoria carregada de ideologia e que demanda profunda reflexão, é a categoria de mulheres não racializadas identificada pelos dados estatísticos, ou seja, os recenseamentos eram e são feitos, na maioria das vezes desconsiderando o fator racial, fato este que acarreta grandes problemas em sua interpretação.

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada pelos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? (CARNEIRO, 2019, p.2)

Irene Gomes e Mônica Marli, (2018) citam Leonardo Athias, um pesquisador do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, que classifica o critério de identificação racial como sendo multidimensional, com base em vários fatores (cor da pele, ancestralidade, origem e até classe social) e que por sua vez influenciam na autoclassificação e autodeclaração dos/as entrevistados/as e por isso, atualmente, as pesquisas do IBGE possuem opções de respostas pré-estabelecidas<sup>10</sup>.

Toda classificação é uma simplificação da realidade. Muitas vezes o objetivo de classificar, para [atender] os objetivos estatais de proteger minorias, mostrar desigualdades e balizar políticas, pode não coincidir com o objetivo de identificar, ou seja, mostrar como as pessoas se enxergam em sua diversidade, avalia Leonardo apud Gomes e Marli (2018, p. 17).

---

<sup>10</sup> Esse sistema de classificação adotado se apoia em cinco categorias, consolidadas em uma longa tradição de pesquisas domiciliares. Uma crítica aos seus usos está relacionada com a data de sua criação, datadas de desde 1872, com pequenas modificações nesse período, formuladas por uma elite dominante que desconsidera as diversidades regionais do país. Apesar das críticas os usos dessas categorias possuem utilidade no sentido de evidenciar a desigualdade racial nos indicadores sociais do país.



Nesse sentido, muitos desses levantamentos, possuem fragilidades no que se trata da identificação das categorias de análise e indicadores sociais<sup>11</sup>. Cada levantamento estatístico possui uma intencionalidade a ser estudada, ou seja, cada informação numérica possui por pano de fundo informações a serem tratadas por políticas de gestão governamental. Porém a carência de dados acerca das mulheres negras no país, não deve ser um entrave para reflexão, muito pelo contrário, ela deve ser refletida como uma necessidade a ser instalada nos órgãos censitários.

Resistindo ao “status quo” culturalmente construído, estão as mulheres que com todos os desafios impostos se matriculam em cursos superiores no Brasil. Cabe, porém, analisar com mais afinco acerca do perfil das matrículas, ou seja, quais seriam as áreas de formações acadêmicas mais procuradas pelas mulheres.

Em se tratando do quantitativo de mulheres que se matriculam em cursos presenciais de graduação em Instituições de Ensino Superior – IES no Brasil, os dados levantados para o ano 2019 não se apresentam muito diferentes dos anos anteriores, conforme constam nos trabalhos publicados por Alice Abreu e et al (2016). No referido texto, as autoras relatam que em 2008 a porcentagem de mulheres matriculadas<sup>12</sup> em universidades era de 55% e o total de mulheres concluintes era de 60%. Dentro desse quantitativo essas matrículas estavam distribuídas majoritariamente nas áreas de humanidades, metade ou pouco mais nas ciências sociais e ciências da saúde e uma minoria nas ciências exatas e engenharias.

Na tabela 2 podemos identificar que das 37 áreas do conhecimento levantadas pelo IBGE no ano de 2019, a proporção de mulheres matriculadas se destaca em 23 áreas, ou seja, do total de matrículas em cursos de graduação, 55,7% são feitas por mulheres. E esse valor aumenta consideravelmente em algumas áreas específicas, como áreas de bem-estar, serviços pessoais, saúde (exceto medicina) e ciências sociais e comportamentais. Em contraponto está o número de mulheres matriculadas em áreas de engenharias e profissões correlatas,

---

<sup>11</sup> Bauer (1966, p.12) aponta que os indicadores sociais são “Estatísticas, séries estatísticas e quaisquer outras formas de informação que nos tornam aptos a conhecer onde estamos e para onde vamos, com respeito aos nossos valores e objetivos, além de prestar-se à avaliação de programas específicos e determinação de seus impactos”.

<sup>12</sup> Importante frisar que tanto no número de matrículas, quanto no número de concluintes, existem muitos dados a serem refletidos principalmente no que se refere às faixas etárias, a renda, a localização regional dessas mulheres.



computação e tecnologias da informação e comunicação, serviços de segurança e transporte.

**Tabela 2- Proporção de mulheres entre os estudantes matriculados/as em cursos de graduação presencial, segundo áreas - 2019<sup>13</sup>**

Área	Matriculados/as			Proporção de mulheres (%)
	Total	Por sexo		
		Homens	Mulheres	
<b>Total</b>	<b>6 153 560</b>	<b>2 723 445</b>	<b>3 430 115</b>	<b>55,7</b>
Agricultura	131 791	83 376	48 415	36,7
Arquitetura e construção	411 605	231 215	180 390	43,8
Artes	106 994	46 053	60 941	57,0
Bem-estar	45 788	5 362	40 426	88,3
Ciências biológicas e correlatas	39 767	14 134	25 633	64,5
Ciências físicas	38 929	20 839	18 090	46,5
Ciências sociais e comportamentais	363 556	107 670	255 886	70,4
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	248 454	215 372	33 082	13,3
Comunicação e informação	68 773	28 334	40 439	58,8
Direito	831 831	372 772	459 059	55,2
Educação	785 059	270 361	514 698	65,6
Engenharia e profissões correlatas	397 070	311 273	85 797	21,6
Higiene e serviços de saúde ocupacional	1 129	588	541	47,9
Humanidades (exceto línguas)	24 516	16 570	7 946	32,4
Línguas	14 893	4 629	10 264	68,9
Matemática e estatística	12 464	8 391	4 073	32,7
Medicina	187 710	75 554	112 156	59,7
Meio ambiente	2 878	1 117	1 761	61,2
Negócios e administração	886 588	410 491	476 097	53,7
Pesca	5 312	2 999	2 313	43,5
Produção e processamento	153 692	90 884	62 808	40,9
Programas básicos	29 667	14 829	14 838	50,0

<sup>13</sup> Levantamento feito no período anterior a pandemia da COVID-19.



Programas interdisciplinares abrangendo agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	377	139	238	63,1
Programas interdisciplinares abrangendo artes e humanidades	5 294	2 260	3 034	57,3
Programas interdisciplinares abrangendo ciências naturais, matemática e estatística	25 630	17 248	8 382	32,7
Programas interdisciplinares abrangendo ciências sociais, comunicação e informação	4 637	2 227	2 410	52,0
Programas interdisciplinares abrangendo computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	3 109	2 356	753	24,2
Programas interdisciplinares abrangendo educação	3 911	1 632	2 279	58,3
Programas interdisciplinares abrangendo engenharia, produção e construção	306	149	157	51,3
Programas interdisciplinares abrangendo negócios, administração e direito	359	198	161	44,8
Programas interdisciplinares abrangendo saúde e bem-estar	2 570	837	1 733	67,4
Saúde (exceto medicina)	1 095 031	293 957	801 074	73,2
Serviços de segurança	5 350	4 522	828	15,5
Serviços de transporte	5 388	4 368	1 020	18,9
Serviços pessoais	90 382	20 017	70 365	77,9
Silvicultura	12 209	5 930	6 279	51,4
Veterinária	110 541	34 792	75 749	68,5

Fonte: Indicadores sociais das mulheres no Brasil- 2ª Edição, IBGE <sup>14</sup>

Esses dados levantados pelo IBGE (2002)<sup>15</sup> são muito importantes no que se trata dos avanços já alcançados pelas mulheres na conquista da formação acadêmica, porém o recorte racial nesse universo de análise nos traz dados consideráveis de reflexão.

<sup>14</sup> Estatísticas de Gênero no Brasil –Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil - Tabelas completas/ Educação /Tabela número 25 disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-%20estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-%20brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em 30 jun. 2022

<sup>15</sup> Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-%20estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-%20brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em 30 jun. 2022





Tânia Portella (2022)<sup>16</sup> cita que conforme levantamentos feitos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) nos anos de 2014 e 2020, o ingresso de mulheres negras no ensino superior em 2020 é equiparável ao número de mulheres brancas que ingressaram em universidades públicas em 2014, ou seja, há um grande atraso temporal (6 anos) acerca da perspectiva de raça. A autora ainda destaca que, esse aumento de ingresso de mulheres negras na universidade é com certeza um avanço, porém ele deve ser analisado de forma mais detalhada, considerando quais seriam as carreiras escolhidas por essas mulheres negras<sup>17</sup>.

Em confirmação ao disposto na tabela 2 está o quantitativo de mulheres concluintes nas diversas áreas do conhecimento, conforme constam os dados da tabela 3. Na proporção de mulheres concluintes, segundo áreas do conhecimento no ano de 2019 no Brasil, observa-se a continuidade pela busca e formação profissional por áreas específicas tradicionalmente ocupadas, em sua maioria por mulheres: ciências sociais e comportamentais; saúde e serviços pessoais.

**Tabela 3- Proporção de mulheres entre os estudantes concluintes em cursos de graduação presencial, segundo áreas – 2019.**

Área	Concluintes			
	Total	Por sexo		Proporção de mulheres (%)
		Homens	Mulheres	
<b>Total</b>	<b>934 037</b>	<b>382 516</b>	<b>551 521</b>	<b>59.0</b>
Agricultura	16 466	10 363	6 103	37.1
Arquitetura e construção	72 345	39 363	32 982	45.6
Artes	19 408	7 377	12 031	62.0
Bem-estar	8 638	785	7 853	90.9
Ciências biológicas e correlatas	5 939	1 892	4 047	68.1
Ciências físicas	4 943	2 461	2 482	50.2
Ciências sociais e comportamentais	49 196	12 320	36 876	75.0

<sup>16</sup> A autora destaca que há um número considerável de pessoas que não declararam raça ou cor durante os períodos analisados.

<sup>17</sup> Não foi possível conseguir dados estatísticos acerca das carreiras procuradas por essas mulheres, porém, pelos dados de gênero identificados no texto, pode-se inferir que na perspectiva racial a situação não se altera no que se trata ao perfil dos cursos mais escolhidos.



Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	32 681	28 079	4 602	14.1
Comunicação e informação	10 513	3 848	6 665	63.4
Direito	121 287	50 665	70 622	58.2
Educação	120 339	35 285	85 054	70.7
Engenharia e profissões correlatas	54 070	41 076	12 994	24.0
Higiene e serviços de saúde ocupacional	279	139	140	50.2
Humanidades (exceto línguas)	4 493	3 179	1 314	29.2
Línguas	2 776	756	2 020	72.8
Matemática e estatística	1 074	648	426	39.7
Medicina	20 316	8 550	11 766	57.9
Meio ambiente	258	86	172	66.7
Negócios e administração	166 811	69 341	97 470	58.4
Pesca	414	205	209	50.5
Produção e processamento	25 157	14 076	11 081	44.0
Programas básicos	-	-	-	-
Programas interdisciplinares abrangendo agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	96	33	63	65.6
Programas interdisciplinares abrangendo artes e humanidades	764	330	434	56.8
Programas interdisciplinares abrangendo ciências naturais, matemática e estatística	2 927	1 864	1 063	36.3
Programas interdisciplinares abrangendo ciências sociais, comunicação e informação	591	245	346	58.5
Programas interdisciplinares abrangendo computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	254	187	67	26.4
Programas interdisciplinares abrangendo educação	263	89	174	66.2
Programas interdisciplinares abrangendo engenharia, produção e construção	22	10	12	54.5
Programas interdisciplinares abrangendo negócios, administração e direito	63	31	32	50.8
Programas interdisciplinares abrangendo saúde e bem-estar	476	135	341	71.6
Saúde (exceto medicina)	156 753	38 918	117 835	75.2
Serviços de segurança	1 347	1 197	150	11.1
Serviços de transporte	913	738	175	19.2
Serviços pessoais	17 594	3 563	14 031	79.7



Silvicultura	1 495	704	791	52.9
Veterinária	13 076	3 978	9 098	69.6

Fonte: *Indicadores sociais das mulheres no Brasil- 2ª Edição, IBGE*<sup>18</sup>

Essa proporcionalidade de mulheres matriculadas e/ou concluintes em instituições de ensino superior indica de forma bem marcante, que existem nichos profissionais mais procurados pelas mulheres e trazem a reflexão de quais seriam os possíveis fatores a serem considerados na configuração desse cenário.

Amanda Rabelo (2007) discorre destacando que os modos de ser dos homens e mulheres possuem relação direta com o arcabouço social, histórico, cultural vivido. Dessa forma, existem elementos, ligados em muitos casos ao campo do gênero, que interferem nas escolhas profissionais. Lourenço Filho (2001, p17) apud Amanda Rabelo (2007, p.3) exemplifica alguns desses elementos: ideias, hábitos mentais, longamente firmados desde a infância; tradições da família; bom ou mau conceito local de determinado trabalho; influência direta muitas vezes dos nossos primeiros mestres que tomamos como modelo de melhoria econômica da profissão – tudo isso pode agir isoladamente ou em conjunto, num dado momento. (RABELO, 2007, p.3)

Na tabela 4 identificamos que as mulheres se encontram em sua maioria exercendo atividades relacionadas a educação, saúde e serviços sociais (19,4%); comércio e reparação (17,5%); serviços domésticos (14,2%). Já os homens, em sua maioria, exercem atividades relacionadas ao comércio e reparação (18,7%); atividades agrícolas (17,1%), construção (15,2%). Cabe ainda observar que se considerarmos como base de análise os grupamentos, o distanciamento de presença feminina é ainda maior, a saber: na construção a presença feminina é quase nula (0,7%); em contraponto estão os serviços domésticos (1%), os quais a presença masculina se manifesta com a mesma discrepância.

---

<sup>18</sup> Estatísticas de Gênero no Brasil – Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil - Tabelas completas/ Educação /Tabela número 25 disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-%20estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-%20brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em 30 jun. 2022



**Tabela 4- Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e grupamento de atividades – 2015.**

Grupamentos	Brasil %	Homens %	Mulheres%
Agrícola	13,9	17,1	9,6
Indústria	12,6	13,9	10,8
Indústrias de transformação	11,8	12,8	10,5
Construção	9,0	15,2	0,7
Comércio e reparação	18,2	18,7	17,5
Alojamento e alimentação	4,9	3,8	6,4
Transporte, armazenagem e comunicação	5,6	8,5	1,6
Administração pública	5,3	5,6	4,9
Educação, saúde e serviços sociais	10,9	4,5	19,4
Serviços domésticos	6,6	1,0	14,2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,3	2,7	6,3
Outras atividades	8,7	8,9	8,5
Atividades mal definidas	0,1	0,1	0,0

Fonte: IBGE, PNAD, 2015<sup>19</sup>

De posse desses dados surgem os seguintes questionamentos? Quais os fatores, ações e indicadores que promoveram essa construção social de papéis exercidos exclusivamente por grupos de mulheres e homens. O que se tem feito para mudança dessa construção social? Quais os desafios que esses personagens enfrentam nessas quebras de paradigmas?

Diante do apresentado, faz-se necessário evidenciar que o ingresso de estudantes (homens e mulheres) nas Instituições de Ensino Superior - IES públicas acontece através de processos de seleção, que por sua vez, podem até incluir sistemas de cotas raciais, mas que ainda desconsideram a interseccionalidade. Muitas mulheres (principalmente as mulheres negras) durante suas trajetórias escolares, não tiveram os mesmos direitos de acesso aos recursos pedagógicos relacionados à ciência e tecnologia, bem como tiveram que exercer concomitantemente aos estudos, atividades de cuidados do lar e da família<sup>20</sup>

<sup>19</sup> Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios, IBGE, 2015. Tabelas completas/ tabela número 4.1.8 Trabalho. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?edicao=9129&t=resultados>>. Acesso em 30 jun. 2022

<sup>20</sup> Leticia Dellazzana e Lia Freitas (2010, p.600) em seus estudos observaram que “as participantes do sexo feminino realizam tanto atividades de cuidado quanto domésticas, enquanto que os do sexo masculino desempenham mais atividades de cuidado dos irmãos menores do que tarefas domésticas. Nestes casos, as tarefas domésticas ficam por conta de uma irmã menor ou da própria mãe. O estudo realizado por Kosminsky e Santana (2006)



Além disso, em muitos casos, as/os estudantes de baixa renda, após ingressarem na universidade, precisam de condições mínimas de aprendizagem e permanência nas instituições de ensino superior. A/O estudante ingressa/o na instituição passa por muitos desafios em sua trajetória de aprendizagem, considerando que, muito provavelmente ela/ele não teve condições de ter acesso a um ensino de qualidade, fato este que interfere no desenvolvimento de sua aprendizagem dentro da instituição. Acrescenta-se também, que em uma grande maioria, esses/as estudantes não possuem condições financeiras de se manterem na rotina de estudos, fato este que provoca defasagem na aprendizagem como também na evasão.

Outro agravante está na oferta de bolsas de estudos (monitoria, tutoria, ensino, pesquisa e extensão) dentro dessas instituições de ensino superior que também desconsidera a necessidade, reflexão e reformulação numa perspectiva interseccional Alessandro Bello e María Estébanez (2022) afirmam que existem vários fatores complexos, que podem levar a resultados desiguais entre a participação dos homens e das mulheres nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM – Science, Technology, Engineering and Mathematics) e que estão presentes desde a formação primária desses grupos até o topo das carreiras.

Esses fatores são complexos de se abordar, pois envolvem contextos econômicos, culturais, religiosos e sociais, carregados por preconceitos de gênero e generalizados nas famílias, comunidades e locais de trabalho. Mesmo assim, podemos elencar alguns como: a falta de consciência entre as gerações mais jovens sobre o potencial dos estudos vinculados a STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) o mal entendido disseminado acerca da dificuldade de se estudar e trabalhar nessas profissões em comparação com as ciências sociais; a falta de pedagogia e instrumentos de gênero nas escolas e centros culturais; a desigualdade socioeconômica entre as regiões e dificuldade de acessos aos recursos tecnológicos; interseccionalidade em gênero, raça, identidade e classe LGTBTQIA+, afetando a carreira acadêmica; sexismo na sociedade e no meio acadêmico, influenciando na progressão das estudantes nas

---

também encontrou diferenças em relação ao sexo dos participantes nessa mesma direção. Isto indica que, apesar de filhos do sexo masculino também assumirem a responsabilidade por algumas atividades de cuidado dos irmãos menores, as atividades domésticas ainda são preferencialmente desempenhadas por outra integrante da família do sexo feminino. Tal constatação confirma a pesquisa de Bezerra (2006), cujos resultados indicam que, em função da cultura de que atividade doméstica é uma tarefa feminina, os efeitos do trabalho realizado no próprio domicílio são mais vivenciados pelas meninas do que pelos meninos mais velhos.”



disciplinas de STEM; a falta de modelos femininos que quebrem com esses estereótipos (BELLO; ESTÈBANEZ, 2022).

Sabemos, pois, das grandes dificuldades em entrar e permanecer em um curso superior no nosso país. Muitos são os desafios. E quando aprofundamos nossa “lente de pesquisa” vemos mais de perto que a questão de gênero, aliada a classe e raça, também faz a diferença em nossas escolhas futuras.



## Considerações Finais

No decorrer da história muitas mulheres se arriscaram em nome da ciência. Elas experimentaram grandes dificuldades para se inserir nessa instituição elitista e estratificada. Tiveram que enfrentar novos problemas, novas formas de exclusão e adotar, em consequência, novas estratégias. Elas resistiram e demandaram seus direitos. Mas ainda assim estavam (estão) ainda isoladas.

De acordo com o relatório da Unesco organizado por Alessandro Bello e María Elina Estébanez:

Dentro do contexto do Ensino Superior, a despeito das melhorias no acesso ao nível de graduação e pós-graduação nos últimos anos, as mulheres são muito menos propensas a progredir para além do nível de mestrado ou a adentrar em campos de pesquisa: globalmente, 71% dos pesquisadores universitários são homens (UNESCO, 2020). Na área de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, na sigla em inglês), essa disparidade é ainda mais acentuada. Apenas 3% dos prêmios Nobel de ciências foram concedidos a mulheres e, mais perto de casa, no Brasil, a representação de mulheres em cargos de liderança na área de Ciência e Tecnologia está entre 0% e 2% (2022, p.08).

Para além da questão de gênero, a raça e classe também interverem muito nesses dados. Por isso, refletir acerca da interseccionalidade, no país, significa observar o contexto social, econômico, político através de um olhar atento sobre a participação feminina nas diversas situações da vida cotidiana. Nesse sentido, é imprescindível destacar que muitas das informações necessárias para base de análise estatística, perpassaram por um contexto socialmente influenciado pela cultura ou pela intencionalidade política, econômica, social. Isso quer dizer que, por exemplo, dados estatísticos acerca da participação feminina, na educação, no trabalho, na ciência, na tecnologia, podem ser escassos devido às diversas intencionalidades.

Na tentativa de trazer algumas contribuições acerca do exposto, esse texto procurou identificar alguns dos fatores a serem considerados no campo da participação efetiva das mulheres, e em alguns casos, das mulheres negras no cenário da educação superior no país. Numa perspectiva de análise positiva, podemos perceber que os dados levantados trazem a considerável participação feminina nos cursos de formação superior no país. Já numa ótica mais profunda, observamos que essa participação é direcionada a algumas atividades específicas, como as



áreas conhecidas como *care* (cuidado), o que não é muito diferente dos anos anteriores.

Vale ressaltar, que muitos pesquisadores têm reclamado acerca da insuficiência de informações desagregadas por sexo, fato este que demonstra a negligência das instituições que coletam essas informações. Essa escassez de dados direcionados para a análise da equidade de gênero, também interferem na interpretação do atual contexto em que essas mulheres vivem e conseqüentemente na promoção e gestão de políticas direcionadas a esses grupos. Isso não quer dizer que as instituições familiares, escolares, públicas, não possam agir no sentido de promover a inserção dessas mulheres nos diversos espaços da vida, sejam eles sociais, políticos, culturais e econômicos. Para isso, há muita literatura, principalmente por parte das mulheres escritoras, que tentam suprimir essa questão tratando brilhantemente sobre o assunto e que devem ser divulgadas.

Por fim, o campo das ciências é um campo vasto de disputas de interesses sejam eles, sociais, culturais, econômicos, de poder, e que sempre teve a participação de mulheres, porém o devido valor e/ou destaque a essas contribuições não foram, e não são considerados pelos grupos majoritariamente masculinos.





## Referências

ABREU, Alice Rangel de Paiva; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de; VIEIRA, Joice Melo; MARCONDES, Glaucia dos Santos. Presença feminina em ciência e tecnologia no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. 1.ed, São Paulo: Boitempo, 2016. p.149-160

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores sociais das mulheres no Brasil- 2ª edição. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-%20estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-%20brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em 30 jun. 2022.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por amostra por domicílios. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?edicao=9129&t=resultados>>. Acesso em 30 jun. 2022

BELLO, Alessandro; ESTÈBANÉZ, Maria. Uma equação desequilibrada: aumentar a participação das mulheres na STEM na LAC. Montevideu: UNESCO, 2022.

BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo: a experiência vivida. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019 vol.II.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu. 2006, n.26, pp.329-376. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em 04 set. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. RJ: Bazar Tempo, 2019. pp.313-323

CERQUEIRA, Daniel; et all. Atlas da violência 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <[https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/atlas-da-violencia-2019/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/atlas-da-violencia-2019/)>. Acesso em 04 set. 2022.



CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Curso Educação, Relações Raciais e Direitos Humanos. Ação Educativa. São Paulo, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171, 2002.

DELLAZZANA, Letícia Lovato; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Um dia de irmãos que cuidam de irmãos. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/j9Fz3BhMLM6PC5LyrTbfjxk/?lang=pt>>. Acesso em 04 set. 2022.

EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. De estudantes a professoras universitárias: docentes negras construindo práticas de enfrentamento ao racismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 10, 2018, Uberlândia. (Re) Existência intelectual negra e ancestral. Uberlândia: ABPN, 2018. p. 1-14.

GOMES, Irene; MARLI, Mônica. As cores da desigualdade. In: BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: retratos. Rio de Janeiro, IBGE, n. 11, p. 1-25, maio 2018.

GUEDES, Rayane Silva; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A presença das mulheres na História da Educação no Brasil. In: Revista Teias. v. 23, p. 167-189, 2022.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; Andreia, BARRETO. Políticas públicas e gênero. In: Gestão de políticas públicas em gênero e raça. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de políticas para as mulheres, 2010.

IGNOTOFSKY, Rachel. As cientistas: 50 mulheres que mudaram o mundo. São Paulo: Blucher, 2017.

LOURO Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autentica, 2000.



QUEIROZ, Delcele M. O acesso ao ensino superior: gênero e raça. Caderno CRH, Salvador, n. 34, p. 175-197, jan./jun. 2001.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José. Diferenças, igualdades. São Paulo: Berlendis & Vertecchia ed., 2009. p. 116-149.

PORTELLA, Tânia. Desigualdade de gênero e raça na educação brasileira. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/boletim-seta-01-desigualdade-de-genero-e-raca-na-educacao-brasileira/>>. Acesso em 02 jul. 2022.

RABELO, Amanda O. O Gênero e a profissão docente: impactos na memória das normalistas. Revista Ártemis, Paraíba, n.6, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2125>>. Acesso em 04 set. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação & Realidade, vol. 20, n.2 jul/dez, 1995 p. 71-99.

TOSI, Lucía. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. Cadernos Pagu (10), 1998, pp.369-397



## Gender and intersectionality in Brazilian higher education: Some note

**Abstract:** This text seeks to bring some reflections and statistical data about the presence of women in science in Brazil, both in terms of the number of enrollments, the most chosen courses, and the number of women graduating. For the construction of statistical data, information provided by the IBGE website was used. The lack of official data related to the question of the intersectionality of gender and race made it difficult to collect some of this information, but did not prevent an initial analysis. Finally, the text brings some issues to be considered, such as the need for more census demands, in the sense of trying to promote public policies aimed at the entry and permanence of women, especially black and poor women, in HEIs, especially in STEM courses (Science, Technology, Engineering and Mathematics).

**Keywords:** Intersectionality. Higher education. Gender.

### **Renata Janaína do CARMO**

*Mestranda em Educação e Formação Humana pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais. Possui graduação em Geografia (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV-2008) e especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça GPP-GER (UFV-2012).*

*E-mail: renata.carmo@uemg.br*

### **Daniela Oliveira Ramos dos PASSOS**

*Professora na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE / CBH / UEMG). Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Educação e Formação Humana - PPGE/FaE-UEMG. Coordenadora do Núcleo Tessituras de nós: núcleo de estudos, pesquisa e extensão em gênero, sexualidade e educação (Tessitura de nós/UEMG). Além de integrar o Grupo de Pesquisa em História dos Processos Educadores (GPHPE/FaE/UFMG) e o Núcleo História da Educação (NEPHE/UEMG). Membro do corpo editorial da Revista Educação em Foco (PPGE / FaE / UEMG). Pós-Doutoranda em Educação pela FaE/UFMG. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Possui Mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2011). Graduação em História (licenciatura plena) pela Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo (2006). Tem experiência nas áreas de História, Sociologia e Educação. Atua principalmente nos seguintes temas*



*de pesquisa: História - Mundos do trabalho e História das Mulheres - Teoria Sociológica, Educação e Gênero.  
E-mail: daniela.passos@uemg.br*

*Recebido em: 08/12/2022*

*Aprovado em: 30/05/2024*